**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

**PUC MINAS**

**INFLAÇÃO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Belo Horizonte

2015

**INFLAÇÃO**

**DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Trabalho Interdisciplinar apresentado às disciplinas de Ciências Atuariais, Contabilidade Avançada, Direito Tributário, Marketing, Planejamento e Gestão Governamental e Teoria Básica da Contabilidade, que constituem o 4º período de Ciências Contábeis da instituição Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais ao Coordenador Amilson Carlos Zanetti.

Belo Horizonte

2015

**SUMÁRIO**

1. INTRODUÇÃO..............................................................................................................3

2. INFLAÇÃO NO BRASIL...............................................................................................4

3. FATORES QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO............................................................................................................................6

4. IMPACTO DA INFLAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015 - ESTUDO DE CASO........................................................8

4.1 Inflação no Brasil a partir da década de 1970.....................................................8

4.2 Causas e Medidas Contra a Inflação.................................................................10

4.3 Tributos e Inflação.............................................................................................11

4.4 Reflexo da Inflação nas Demonstrações Contábeis...........................................14

4.5 Estratégias de Vendas e Combate à Inflação.....................................................15

5. DISCURSSÃO INTERGRUPAL.................................................................................16

6. CONCLUSÃO..............................................................................................................17

7. REFERÊNCIAS............................................................................................................18

1. **INTRODUÇÃO**

A inflação, um dos índices econômicos mais polêmicos em todo o mundo, tem sua origem na economia de mercado. Está diretamente relacionada ao poder de compra do consumidor e do Estado em controlá-la. No atual cenário econômico nacional, onde a economia se encontra fraca e estagnada, os atuais índices inflacionários medidos pelos institutos oficiais demonstram que vivemos um período em que ela está tendo um efeito devastador.

Este trabalho tem por objetivo apresentar um estudo aprofundado sobre a inflação na economia brasileira, como ela chegou ao índice que está hoje, o valor justo e valor presente dos produtos, os efeitos provocados pelo descontrole dos altos índices inflacionários, ações governamentais adotadas para controlar a inflação, as ações tomadas por empreendedores para que ela não atingisse tanto seus negócios e meios de tributações adotadas pelo governo.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, enriquecida por um estudo de caso com análises direcionadas nos acontecimentos do desenvolvimento econômico brasileiro no primeiro semestre do ano de 2015, buscando-se relacionar matérias lecionadas no quarto período de Ciências Contábeis.

1. **INFLAÇÃO NO BRASIL**

Inflação é um fenômeno em que a maioria dos preços vai sendo reajustada com uma frequência mensal. Neste sentido é uma remarcação de preço generalizada – que pode ser pequena ou pode ser grande, por algum tipo de acidente, para algum tipo específico de produto. SILBER (2015).

Este autor indica que o último índice oficial de inflação divulgado mostrou que difusão do IPCA foi de 64%, o que significa que, dos preços pesquisados, 64% tiveram algum tipo de reajuste para cima. Este processo pode ser verificado no seguinte exemplo hipotético, uma cesta de produtos custa R$ 150,00 reais em março e passa a ser vendida por R$ 225,00 reais em abril, neste caso houve uma inflação de 50% no mês.

Segundo CARMO (2015), a inflação ocorre quando há expansão da demanda em ritmo mais forte que a expansão da oferta. Ou seja, a oferta agregada não acompanha a demanda e a demanda tem um componente que é o lado monetário. O principal fator é oferta de moeda, quando é preciso injetar mais moeda na economia que o necessário para o processo econômico. Esse aumento pode ser motivado por uma série de fatores.

CARMO, afirma que:

Conflito distributivo – trabalhadores querem ganhar mais e empresários querem manter lucro. Pode ter um problema ligado a choque de oferta, que acaba sendo acomodado com oferta de moeda. Em nível macroeconômico, pode estar associada à expansão dos gastos no setor público. (CARMO, Heron. 2015).

Nesta perspectiva, o choque da oferta e procura acaba por afetar o valor da moeda obrigando o governo a emitir mais papel moeda, o que pode gerar um ciclo inflacionário, que pode ser medido por determinados índices estabelecidos para este fim.

O Brasil possui vários índices que medem a inflação, os principais estão descritos a seguir:

* IGPM ou Índice Geral de Preços calculado pela Fundação Getúlio Vargas; Criado a pedido da Federação dos Bancos com uma cláusula que impede sua modificação pelo governo e tinha como função, servir de corretor de contratos bancários aplicáveis já no dia 30 do mês em curso.
* IPC ou Índice de Preços Ao Consumidor medido pela FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas; este índice considera o consumo de famílias com renda até 33 salários mínimos que vivem no Rio de Janeiro e em São Paulo.
* INPC ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor medido pelo IBGE; efetua a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor tendo como unidades de coleta estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços, concessionária de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio). A população-objetivo do INPC abrange as famílias com rendimentos mensais compreendidos entre 1 (hum) e 5 (cinco) salários-mínimos.
* IPCA ou Índice de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo IBGE. O IPCA, de maior abrangência, pesquisa famílias com renda de até 40 salários mínimos em pelo menos 10 grandes capitais brasileiras.
* ICV, calculado pelo DIEESE, considera apenas os preços de alimentação, transporte, saúde e habitação, praticados na cidade de São Paulo.

A inflação alta é prejudicial para a economia de um país. Quando alta ou fora de controle, pode gerar diversos problemas e distorções econômicas. Taxas de inflação altas são aquelas que ficam acima de 6% ao ano, o caso do Brasil que atualmente, no acumulado nos 12 últimos meses, medido no mês de agosto de 2015, segundo a Fundação Getúlio Vargas (2015) foi de 9,52%.

Hiperinflação

Segundo BARBOSA E SALUM (2002), a hiperinflação é explicada através de dois tipos de hipóteses. No primeiro, estão aquelas que atribuem a origem da hiperinflação a bolhas. O segundo grupo identifica nos fundamentos da economia as causas do aumento explosivo da taxa de inflação.

A perspectiva das bolhas é limitada, devido basear-se na instabilidade da dinâmica do sistema econômico. A hipótese econômica supõe que o déficit público a ser financiado por moeda é maior do que o valor máximo do imposto inflacionário que a economia é capaz de arrecadar dos agentes que demandam a moeda. Para BARBOSA E SALUM (2002)

Ambos os modelos são insatisfatórios, pois o mecanismo de expectativas adaptativas produz erros sistemáticos de previsão, e o ajustamento parcial no mercado monetário é uma hipótese casuística e não tem nenhuma fundamentação teórica. Ademais, estes modelos supõem uma combinação particular de valores para os parâmetros para que exista uma trajetória de hiperinflação. (BARBOSA E SALUM. 2002. p. 518).

Na perspectiva de BARBOSA E SALUM (2002), a hiperinflação deve-se, basicamente, ao fato de que a restrição intertemporal do governo não é satisfeita, porque é impossível financiar o déficit público de maneira permanente através da emissão de moeda.

No caso Brasileiro atualmente não se evidencia tal configuração. Entretanto é importante destacar que este cenário de hiperinflação existiu durante vários períodos da história brasileira, tendo alcançado a estabilidade econômica a partir da implementação do plano real em 1994.

A situação inflacionária, na sociedade de consumo, ao atingir níveis que desestabilizam os setores econômicos, sociais e inclusive políticos, Segundo Singer (1988), provocam conflitos distributivos, os quais resultam em alterações, como

a abertura de barganha coletiva, o aumento de necessidades devido à aparição de novos bens e serviços no mercado, a perda de rendimento real devido à inflação, o reconhecimento de oportunidades para investimento lucrativo etc. Numa economia estagnada com preços estáveis, tais alterações não são frequentes, de modo que a probabilidade de conflitos distributivos é pequena. (Singer, Paul. 1988, p. 87).

Nessa conjuntura, considerando o histórico inflacionário brasileiro, os índices atuais representam um aumento considerável da inflação, que, consoante, com Singer (1988), tendem a provocar alterações com reflexos na vida social, política e econômica dos sujeitos, a partir de demandas de empregabilidade (ou ausência deste), nas urnas e na diminuição das arrecadações governamentais e produtividade e lucratividade das empresas.

1. **FATORES QUE INFLUENCIAM O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Desenvolvimento Econômico pode ser conceituado, de acordo com ESCÓSSIA (2009), como o aumento do PNB per capita acompanhado pela melhoria da qualidade de vida da população e por alterações profundas na estrutura econômica. Visto que inclui as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social para que se tenha um crescimento econômico (o aumento da capacidade produtiva da economia), acompanhado de uma boa distribuição da renda.

Como o desenvolvimento econômico é resultado de várias combinações de acontecimentos em um local, ALCOFORADO (2012) cita três planos como fatores mais relevantes para um bom progresso:

a) O plano Econômico, que depende da disponibilidade de capital, da demanda interna e externa para os produtos ou serviços, de empreendedores internos e externos interessados em investir, da estrutura industrial competitiva, do ambiente empresarial competitivo que contribua para a inovação de produtos e processos e da situação macroeconômica;

b) o da Sociedade, que depende dos recursos humanos, dos recursos de conhecimentos, empreendedores internos e externos interessados em investir, do mercado interno para os produtos ou serviços, da infraestrutura social (educação e saúde), instituições da Sociedade Civil organizada atuantes, sindicatos de trabalhadores ativos e de partidos políticos progressistas fortes;

c) o do Território que dependem dos recursos físicos naturais ou construídos pelo homem, da infraestrutura econômica (energia, transportes e comunicações), de pólos de crescimento e desenvolvimento territorialmente bem distribuídos e do potencial de desenvolvimento endógeno ou local.

No artigo “Desenvolvimento econômico, inflação e redistribuição da renda”, BOUZAN (1963) afirma que os países subdesenvolvidos, por necessidade de combater a pobreza, exercem trabalhos por um ressarcimento abaixo do valor de mercado, gerando uma má distribuição da renda:

Quase toda a população dos países subdesenvolvidos - que representa nada menos que 2/3 da população mundial - tem, nos dias de hoje, consciência da luta e dos sacrifícios que necessita empreender para triunfar contra a pobreza a que se encontra submetida. Ocorre que, muitas vezes, o esforço exigido não se distribui igualmente por todos os segmentos da população, particularmente naqueles países em que predomina a iniciativa privada. É que a intensificação da formação de capital tende a promover desequilíbrios estruturais, que, por sua vez, são geradores de inflação. (BOUZAN, Ary. 1963).

Além da desvalorização do trabalho humano em países subdesenvolvidos como citado acima, de acordo com o site Brasil: Economia e Governo (2015), a arrecadação de impostos nestes países tende a ser maior, apesar de ser necessária para o crescimento, gerando maior sacrifício do trabalhador para adquirir bens e se sustentar.

Do ponto de vista econômico o crescimento do Estado gera a necessidade do aumento da carga tributária (total de contribuições obrigatórias e impostos arrecadados dividido pelo PIB). Contudo, o aumento da carga tributária torna o recebimento dos bens públicos mais onerosos para os trabalhadores. Isto é, são obrigados a trabalharem mais horas para pagarem seus impostos. De maneira semelhante, o crescimento desordenado do Estado também onera os empresários, fazendo com que estes invistam menos. Sendo assim, um aumento da carga tributária acima de determinado patamar afeta negativamente o padrão de vida de longo prazo de uma sociedade. (ECONOMIA E GOVERNO. 2015).

O Brasil, um país em desenvolvimento com a economia desaquecida, de acordo com FERNANDES (2014), depende de uma inflação menor para obter melhores resultados, de acordo com o site Brasil Escola (2015), se tornou superável a partir do “Plano Real”, segundo o qual

No ano de 1994, o “Plano Real” propôs um projeto de reestruturação da economia nacional baseado em uma nova moeda que levava o mesmo nome do plano. A partir de então, os níveis inflacionários de nossa economia, excetuado alguns momentos de crise momentânea, passaram a alcançar níveis suportáveis ao desenvolvimento e o custo de vida de uma considerável parcela dos trabalhadores. (BRASIL ESCOLA. 2015).

1. **ESTUDO DE CASO - IMPACTO DA INFLAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO ECONOMICO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015.**

**4.1.Inflação no Brasil a partir da década de 1970**

Os problemas do Brasil com a inflação são decorrentes de muito tempo. Salientamos, neste trabalho, sua ocorrência vinculada a produção mundial de petróleo. Na década de 1970 ocorreram os chamados choques de petróleo, que constituíram no aumento significativo do preço do petróleo devido às guerras nos países do Oriente Médio. Como a economia mundial era dependente do petróleo, entrou-se em um período de crise com altos índices de inflação e grande desemprego.

Além do aumento dos preços do petróleo, outro fator que influenciou na hiperinflação neste período foi a política de substituição de importações desde o governo de Juscelino Kubitscheck, que aumentou os gastos públicos assim como a dívida externa.

As políticas públicas e econômicas do período democrático, após JK e durante a ditadura militar, no Brasil, provocaram um cenário inflacionário que fez com que o Brasil entrasse na década de 1980 em crise de hiperinflação. É comum ouvir de pessoas que viveram nessa época que a cada dia o preço estava diferente, era possível comprar um produto pela manhã por um preço e a tarde por outro.

Os planos econômicos dos diversos governos a partir da data anunciada acima prejudicaram principalmente a população de baixa renda.

A inflação somente foi controlada em 1994 com o Plano Real, criado durante o governo Itamar Franco. Este plano focou em reduzir os gastos públicos, aumentando privatizações e impostos. Além disso, houve a mudança da moeda brasileira do cruzado para real ocorrendo uma valorização monetária e controle inflacionário.

Uma forma muito utilizada para controlar a inflação é o aumento da taxa Selic, que consiste na taxa de juros que incide sobre as transações bancárias, o que influencia todo o mercado.

Índices inflacionários no Brasil de 1969 – 1997

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| ANO | ACUMULADO |  | ANO | ACUMULADO |
| 1969 | 19,31% |  | 1987 | 415,83% |
| 1970 | 19,31% |  | 1988 | 1.037,56% |
| 1975 | 34,55% |  | 1989 | 1.782,90% |
| 1976 | 46,27% |  | 1990 | 1.476,56% |
| 1977 | 38,78% |  | 1991 | 1.476,56% |
| 1978 | 40,84% |  | 1992 | 1.158,0% |
| 1979 | 77,21% |  | 1994 | 2.780,60% |
| 1980 | 110,24% |  | 1995 | 14,7% |
| 1983 | 211,02% |  | 1996 | 9,12% |
| 1985 | 235,11% |  | 1997 | 4,34% |

FONTE: http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro90.htm

A partir da tabela é possível perceber as oscilações da inflação na década de 1970, e os efeitos causados pela implantação do plano real em 1994.

No primeiro semestre de 2015 foi possível perceber um aumento significativo dos índices inflacionários brasileiros. Juntamente com o aumento da inflação vivenciamos o pior nível de atividade econômica dos últimos três anos, índice negativo de -0,84% (índice medido pelo Banco Central através do IBC-Br).

Os índices de demissão estão muito altos. Segundo IBGE o mês de maio teve o pior resultado desde 1992.

A preocupação é se o Brasil está adentrando no mesmo cenário de caos inflacionário vivido em 1975. É perceptível que novas medidas precisam ser tomadas para controlar a inflação.

**4.2.Causas e Medidas Contra a Inflação**

Uma economia aquecida consiste em mais vendas para os empresários e consequentemente, mais empregos para a população, porém, se a procura de bens for maior do que a sua oferta, esses custarão mais caro, causando maior inflação.

Esse desequilíbrio de oferta e demanda, é um dos motivos utilizado pelo governo para justificar o aumento da inflação. Além disso, a presidente Dilma Rousseff, segundo o G1.globo.com (2015), afirma que a inflação deste ano está em alta devido as condições climáticas.

A inflação neste ano é atípica. Ela é fruto de várias coisas. Nós continuamos com dois problemas. Um é a seca. A seca atingiu de forma absolutamente atípica o Brasil. (ROUSSEFF, Dilma. 2015).

Em 2015, a inflação tornou-se um dos temas mais polêmicos do atual Governo brasileiro. Caso economistas do mercado financeiro estiverem corretos, 2015 terá a maior alta de preços em 13 anos. Estima-se que a inflação feche o ano em 9,32%, segundo o boletim Focus, divulgado pelo Banco central (G1.globo.com, 2015).

Para controlar a inflação, o governo adota a política construída no governo do presidente Itamar Franco, com a edição do Plano Real. O governo utiliza como mecanismo o aumento das taxas de juros, que por lógica, reduziria os financiamentos dos consumidores, e tendo como consequência, o equilíbrio das ofertas e demandas. Porém, na prática, com essa medida, as empresas acabam tendo dificuldades de financiar novos equipamentos, o que acaba reduzindo sua produtividade (oferta) e com o interesse de manter o mesmo lucro que havia antes elas acabam aumentando o preço, gerando maior inflação.

Segundo ROSSI (2015) uma medida que o governo pode adotar para combater a inflação a longo prazo, já que as taxas de juros não são suficientes para controlar a inflação, seria de investir a longo prazo nas empresas, o que levaria a expansão da capacidade produtiva.

São várias ferramentas, a taxa de juros é uma delas, mas não é a única. No longo prazo, o melhor remédio para inflação é a expansão da capacidade produtiva, que aumenta a oferta de produtos e reduz os preços dos mesmos. (ROSSI, Pedro. 2015).

Outro fator que pressiona a inflação, devido ao desequilíbrio da oferta e da demanda e a variação de preços por causa das medidas do governo de controle da inflação é a desvalorização do real e a alta do dólar, que acaba aumentando os preços de forma geral, porque os produtos e matérias-primas que são importados são comprados normalmente na moeda americana e o reflexo disso seria no aumento do preço dos produtos para a população.

Para combater a alta do dólar, que atingiu o maior valor (R$4,24), o Banco Central utiliza das reservas internacionais. De acordo com o site do G1.globo.com (2015), o Brasil tem o sexto maior volume de reservas internacionais do mundo: US$ 370 bilhões. O presidente do Banco Central, TOMBINI, afirma que as reservas internacionais são um meio de conter esse aumento de forma segura e

Pode e deve ser utilizado. Esse instrumento tem sido bastante útil. Ele está na economia, está sendo reciclado na forma de proteção. O Banco Central reafirma a sua estratégia de política monetária, qual seja, de manutenção do atual nível da taxa Selic, a taxa de política monetária, em 14,25% por um período suficientemente prolongado. (TOMBINI, Alexandre. 2015).

**4.3.Tributos e Inflação**

De acordo com SACHSIDA (2011), os impostos cumprem uma importante função na sociedade atualmente. Com os recursos arrecadados por tributação, o Estado consegue financiar-se e prover bens públicos à população. Educação, saúde e segurança pública são alguns exemplos de bens que o governo fornece gratuitamente à sociedade em troca do recebimento de impostos.

Atualmente a cobrança de impostos também vem como uma tentativa do governo de diminuir a inflação. Para que desta forma continue arrecadando impostos em prol da segurança, saúde, educação e diminuir o déficit existente na economia.

Do ponto de vista econômico o crescimento do Estado gera a necessidade do aumento da carga tributária. Contudo, o aumento da carga tributária torna o recebimento dos bens públicos mais onerosos para os trabalhadores. Isto é, são obrigados a trabalhar mais horas para pagar seus impostos. De maneira semelhante, o crescimento desordenado do Estado também onera os empresários, fazendo com que estes invistam menos. Sendo assim, um aumento da carga tributária acima de determinado patamar afeta negativamente o padrão de vida de longo prazo de uma sociedade. (SACHSIDA, Adolfo. 2011).

Nesta perspectiva, com o aumento da carga tributária os trabalhadores passam a consumir menos por não ter condições de pagar determinados bens e serviços, do ponto de vista dos empresários há uma diminuição dos investimentos com objetivo de minimizar os gastos. Sendo assim afeta negativamente o padrão de vida de uma sociedade.

Podemos citar, por exemplo, a atual situação na economia brasileira, que com o aumento dos tributos faz que os trabalhadores consumam menos e os empresários invistam menos e cortem gastos. A alta de tributos desacelera a economia e aumenta o desemprego.

De acordo com os autores LAPORTA E ALVARENGA (2015) e CIESP (2015), o aumento de impostos, anunciado pelo Governo Federal, pesará no bolso do consumidor e não dará margem para a redução dos juros no mercado.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tributos | Alíquotas 2014 | Alíquotas 2015 |
| Imposto Sobre Operações Financeiras (IOF) | 1,5% | 3,0% |
| Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) | 3,0% | 7,0% |
| Setor de bebidas frias: cervejas, refrigerantes, águas, energéticos e isotônicos. |  | Aumento médio de tributação de 10% |
| PIS/PASEP-Importação | 1,65% | 2,1% |
| COFINS-Importação | 7,6% | 9,65% |
| Fármacos (PIS) (Importação) | 2,1% | 2,76% |
| Fármacos (COFINS) (Importação) | 9,9% | 13,03% |
| Perfumaria e toucador (PIS) (Importação) | 2,2% | 3,52% |
| Perfumaria e toucador (COFINS) (Importação) | 10,3% | 16,48% |
| Máquinas e veículos (PIS) (Importação) | 2,0% | 2,62% |
| Máquinas e veículos (COFINS) (Importação) | 9,6% | 12,57% |
| Pneus novos e câmaras de ar (PIS) (Importação) | 2,0% | 2,88% |
| Pneus novos e câmaras de ar (COFINS) (Importação) | 9,5% | 13,68% |
| Autopeças (PIS) (Importação) | 2,3% | 2,62% |
| Autopeças (COFINS) (Importação) | 10,8% | 12,57% |
| Papel imune (PIS) (Importação) | 0,8% | 0,95% |
| Papel imune (COFINS) (Importação) | 3,2% | 3,81% |

Projetos ocorridos no primeiro semestre de 2015, para o ano de 2016, segundo alguns autores e notícias veiculadas nos meios de comunicação no Brasil (MARTELLO E PASSARINHO, G1 MINAS, 2015),

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Tributos | Alíquotas 2015 | Alíquotas 2016 |
| ICMS - Produtos supérfluos (MG) | 14,0% | 27,0% |
| ICMS – Serviços de comunicação (telefonia, internet, TV por assinatura) (MG). | 25,0% | 27,0% |
| ICMS – (Prestadores de serviços e consumidores comerciais). Com exceção de entidades religiosas e hospitais. | 18,0% | 25,0% |
| CPMF |  | 0,2% |
| TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo). | 15% | 18% |

Conforme Lei nº 13.149 de 21 de julho de 2015, que dispõe sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, o cálculo do imposto será conforme a tabela a seguir:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Base de cálculo (em RS) – renda mensal | Alíquota do imposto (%) | Parcela a deduzir do IR (R$) |
| Até 1.903, 98 | Isento | -- |
| De 1.903,99 até 2.826,65 | 7,5 | 142,80 |
| De 2.826,66 até 3.751,06 | 15 | 354,80 |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,5 | 636,13 |
| Acima de 4.664,68 | 27,5 | 869,36 |

FONTE: Diário Oficial da União

O impacto direto desse do aumento da carga tributária terá reflexo na retração do consumo, o que poderá provocar um ciclo de menor consumo, produtividade e diminuição da empregabilidade.

* 1. **Reflexo da Inflação nas Demonstrações Contábeis**

Um grande problema envolvendo a contabilidade é que na maioria das vezes os contadores não reconhecem a inflação na hora de elaborar as demonstrações contábeis. A não observância da inflação pode gerar demonstrações com resultados incorretos.

Uma das formas como a inflação afeta a contabilidade é na depreciação. É possível contabilizar a depreciação de um imobilizado ao longo de um tempo determinado baseado no valor pelo qual adquiriu, mas seu resultado não será de fato correto se o preço deste imobilizado aumentar muito.

Outra forma pela qual a inflação afeta a contabilidade é no estoque. Para fazer a apuração do lucro obtido é necessário saber o custo das mercadorias vendidas. Ou seja, o aumento do custo das mercadorias implicará em um aumento no lucro, mas ao mesmo tempo em redução do caixa. Dessa forma percebe-se que é de suma importância considerar as variações de preço nas demonstrações contábeis.

* 1. **Estratégias de Vendas e Combate à Inflação**

O marketing vem sendo muito importante para diversos ramos de vendas e serviços no momento atual da crise financeira do Brasil. Mesmo com a economia estagnada, de acordo com o site EXAME (2015), dentre os produtos mais caros como smartphones, eletrodomésticos, carros e televisores, a receita obtida com a venda dos smartphones tiveram um crescimento de 34% em relação ao primeiro semestre de 2014, enquanto o setor de eletroeletrônicos teve uma queda de 8%. Segundo ROEMERSCHEIDT, (apud Exame): “A única coisa que está vendendo hoje é smartphone porque ele é o canivete suíço da era digital".

Podemos analisar que a venda do produto teve um crescimento significativo mesmo considerando a alta da taxa de inflação do primeiro semestre de 2015. Este crescimento é devido ao valor atribuído no produto para o consumidor ser maior que o preço pago. Numa sociedade altamente tecnológica, o smartphone sobressai pelo fato de ser um mini-computador de bordo que mantém contato entre pessoas num tempo real, além de oferecer diversas outras vantagens como a facilidade efetuar um pagamento através do aparelho, sem precisar sair de casa para ir até um banco, de acordo com o site Fundação Laura Campos (2015).

Dentre as estratégias de marketing, é necessário considerar e analisar o que seu cliente deseja e quais benefícios e valores seu produto oferece. De acordo com o site CACE Consultoria Jr (2015), muitos produtores tem um crescimento acelerado em um curto período, mas que, ao longo do tempo, vai diminuindo até tornar-se obsoleto e este acontecimento é devido à “Miopia do Marketing”, definido como uma “curta visão que alguns administradores têm em relação a seus empreendimentos, preocupando-se apenas com o seu produto atual, e não em se adaptar ao ambiente externo, que está em constante mudança”.

Atualmente, diversos empreendedores vêm investindo em meios de marketing para superar tal crise financeira e que de acordo com o site Pequenas Empresas e Grandes Negócios (2015), é o que está ajudando empresários a se manterem competitivos no mercado.

1. **DISCUSSÃO INTERGRUPAL**

Ao analisarmos os atuais índices de inflação do Brasil, constatamos que vem sendo um problema que preocupa os dirigentes do poder público, que buscam ao mesmo tempo lidar com suas variações e minimizar seus impactos no desenvolvimento econômico do país, como a população em geral que sofre com os impactos. Considerando que o Brasil passa por uma crise econômica e política que não apresenta sinais de reação em curto prazo, tomar decisões que busquem uma retomada econômica para o país se torna uma tarefa ainda mais difícil, se levarmos em conta que ao mesmo tempo em que a inflação precisa ser contida, o crescimento econômico precisa ser retomado.

Segundos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a economia brasileira sofreu uma retração de 1,9% no segundo trimestre de 2015, se comparado ao trimestre anterior e segundo os economistas, o país se encontra em “recessão técnica”, pois, desde janeiro/2015 já são duas retrações seguidas. Esse dado mostra a fragilidade em que o Brasil se encontra e levanta o questionamento se as medidas econômicas adotadas pelo Governo Federal serão eficazes em médio prazo para conter a inflação, retomar o crescimento econômico e conseguir projetar melhorias no país.

1. **CONCLUSÃO**

A partir da pesquisa realizada, observamos que uma das medidas que vem sedo tomada pelo Governo é a proposta de aumentar as alíquotas de impostos federais e estaduais, porém essa atitude não esta sendo favorável a economia, pois se por um lado terão um aumento na arrecadação, os impactos negativos podem ser maiores que os benefícios.

Do ponto de vista social, tal medida irá sobrecarregar a população em geral, que já passa dificuldades por viver em um dos países com maiores cargas tributarias no mundo e que nem sempre vê o retorno de suas contribuições. Considerando o cenário político, a falta de controle da inflação, além de demonstrar certa fragilidade, imperícia de planejamento econômico e orçamentário dos governantes, causa instabilidade nas alianças partidárias e desconfiança dos eleitores.

O fato de o Brasil mostrar fragilidade política e dificuldade para conseguir retomar o crescimento econômico, provoca desconfiança nos investidores reduzindo os investimentos, podendo diminuir as exportações gerando queda no PIB e diminuição de arrecadação do governo, aumento do dólar e por fim aumento da inflação.

O crescimento do país e controle inflacionário estão vinculados às medidas fiscais, estimulo a produção, geração de emprego, combate efetivo a corrupção, somados a uma gestão eficiente de corte de gastos e que promova transparência política e econômica. Tais medidas poderão possibilitar o retorno ao crescimento e desenvolvimento social e econômico do Brasil.

1. **REFERÊNCIAS**

ADVFN Brasil. “Indicadores Econômicos. INPC”. Disponível em: http://br.advfn.com/indicadores/inpc. Acesso em 05 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. “História da inflação no Brasil”. Disponível em: http://br.advfn.com/economia/inflacao/brasil/historia. Acesso em 04 de outubro de 2015.

ALCOFORADO, Fernando. “Os fatores condicionantes do desenvolvimento econômico e social” 1.ed. Editora CRV.

ALMANAQUE FOLHA. “Dinheiro cronologia”. Disponível em: http://almanaque.folha.uol.com.br/dinheiro20.htm. Acesso em 05 de outubro de 2015.

BARBOSA, Fernando de Holandaand SALLUM, ÉlviaMureb. “Hiperinflação: um arcabouço teórico”. Rev. Bras. Econ. [online]. 2002, vol.56, n.4, pp. 517-549. ISSN 1806-9134. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71402002000400001>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

BOUZAN, Ary. “Desenvolvimento Econômico, Inflação e Redistribuição de Renda”. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, Vol. 3 n.7, p. 77-96, abr-jun 1963. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rae/v3n7/v3n7a05.pdf> Acesso em 04 de outubro de 2015.

BRASIL. LEI Nº 13.149, DE 21 DE JULHO DE 2015. Dispõe sobre os valores da tabela mensal do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física. Brasília: Planalto Central. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13149.htm. Acesso em 05 de outubro de 2015.

CARMO, Heron do. Quais as causas da inflação? Disponível em: http://g1.globo.com/economia/inflacao-causas/platb. Acesso em 04 de outubro de 2015.

CIESP. “COMUNICADO IMPORTANTE – Alteradas as alíquotas do PIS e COFINS Importação”. Disponível em: <http://www.ciesp.com.br/bauru/noticias/comunicado-importante-2/>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

CRUZ, Débora. “Mesmo com aumento de tributos, arrecadação tem queda de 2,44%”. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/mesmo-com-aumento-de-tributos-arrecadacao-tem-queda-de-244.html>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

ECONOMIA UOL ."Entenda como os juros são usados para controlar a inflação".Disponível em: < http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/07/10/entenda-como-os-juros-sao-usados-para-controlar-a-inflacao.htm >. Acesso em 04 de outubro de 2015.

ECONOMIA, O Outro Lado da Moeda. “A estagflação no mundo em 1975 e no Brasil em 2015”. Disponível em: https://luisantoniolicks.wordpress.com/2015/06/22/a-estagflacao-no-mundo-em-1975-e-no-brasil-em-2015/. Acesso em 04 de outubro de 2015.

ESCÓSSIA, Carlos. “O que é?: Crescimento e Desenvolvimento econômico”; Blog do Carlos Escóssia. Disponível em < http://www.carlosescossia.com/2009/09/o-que-e-crescimento-e-desenvolvimento.html>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

EXAME. Disponível em: http://exame.abril.com.br/. Acesso em 04 de outubro de 2015.

GLOBO. "DÓLAR bate novo recorde, mas cede após anúncio do Banco Central". Disponível em: < http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/09/dolar-bate-novo-recorde-mas-cede-apos-anuncio-do-banco-central.htm l>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_.“G1 explica a inflação". Disponível em: < http://g1.globo.com/economia/inflacao-como-os-governos-controlam/platb/ >. Acesso em 04 de outubro de 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. “Projeto que aumenta ICMS é aprovado em 2º turno na ALMG”. Disponível em: http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/09/projeto-que-aumenta-icms-e-aprovado-em-2-turno-na-almg.html. Acesso em 05 de outubro de 2015.

IBGE. “Tabela do IBGE”. Disponível em: <http://www.portaldefinancas.com/ipca_ibge.htm>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

JUSBRASIL. “Tributação e Inflação”. Disponível em: http://peandrade9.jusbrasil.com.br/artigos/176776189/tributacao-e-inflacao. Acesso em 02 de outubro de 2015.

KAZNAR, Itszvan. “Fatores importantes do Desenvolvimento e o Brasil”; Institucional Business Consultoria Internacional. Disponível em < http://www.ibci.com.br/Htm\_textos\_quentes/fat\_det\_des.htm>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

KLIASS, Paulo "Afinal, por que toda essa importância atribuída à taxa de juros?". CartaMaior. Disponível em < http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Afinal-por-que-toda-essa-importancia-atribuida-a-taxa-de-juros-/7/34629 >. Acesso em 04 de outubro de 2015.

LAPORTA, Thais e ALVARENGA, Darlan. “Veja como o aumento de impostos vai afetar o consumidor”. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/01/veja-como-o-aumento-de-impostos-vai-afetar-o-consumidor.html>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

MAIA, Josué Benedito de Zarzuela. “Desenvolvimento Econômico”; Dicionário de Direitos Humanos. Disponível em <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Desenvolvimento%20econ%C3%B4mico>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

MARTELLO, Alexandro "Mercado prevê mais inflação, queda maior do PIB e nova alta dos juros". GLOBO. Disponível em: < http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/04/mercado-preve-mais-inflacao-queda-maior-do-pib-e-nova-alta-dos-juros.html >. Acesso em 04 de outubro de 2015.

MARTINS, Paula Leal de Oliveira "A inflação atual no governo de Dilma Roussef". Emprego e Renda. Disponível em :< http://www.empregoerenda.com.br/ideias-de-negocios/materias/2189-a-inflacao-atual-no-governo-de-dilma-rousseff >. Acesso em 04 de outubro de 2015.

REVISTA DE EDUCAÇÃO E PESQUISA EM CONTABILIDADE. “O impacto do não reconhecimento da inflação nas demonstrações contábeis na distribuição de dividendos”. Disponível em: http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/5/5, Acesso em: 07 de outubro de 2015.

SACHSIDA, Adolfo. “Como os impostos afetam o desenvolvimento econômico?” Brasil: Economia e Governo. Disponível em: < http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/03/16/como-os-impostos-afetam-o-crescimento-economico/#comments>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

SCIELO. Disponível em: http://www.scielo.org/php/index.php. Acesso em 04 de outubro de 2015.

SINGER, Paul. “Inflação e mercado como sistemas alternativos de regulação”. Estud. av.[online]. 1988, vol.2, n.3 [citado2015-10-04], pp. 77-87 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\_arttext&pid=S0103-. Acesso em 04 de outubro de 2015.

SILBER, Davi Simião. O que é inflação. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/inflacao-o-que-e/platb. Acesso em 04 de outubro de 2015.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Inflação no Brasil"; Brasil Escola. Disponível em <http://www.brasilescola.com/historia/inflacao-no-brasil.htm>. Acesso em 04 de outubro de 2015.

VALOR..“Taxa de desemprego sobe a 8,1% no trimestre até maio, aponta IBGE”. Disponível em: http://www.valor.com.br/brasil/4127938/taxa-de-desemprego-sobe-81-no-trimestre-ate-maio-aponta-ibge. Acesso em 04 de outubro de 2015.